

PAPER PRODUZIDO E ELABORADO
PELO INSTITUTO DA INFÂNCIA - IFAN

“PROTEÇÃO CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA”.

Projeto realizado nos bairros:
Vicente Pinzon, Mucuripe, Cais do
Porto e Praia do Futuro II.

MATERIAL PRODUZIDO E ELABORADO
PARA O PROJETO PRIMEIRA
INFÂNCIA É PRIORIDADE.

Para mais informações: www.ifan.com.br



Realização



Parceiro realizador



Patrocínio





Realização



Parceiro Realizador



Patrocínio



Projeto Primeira Infância é Prioridade: Ação Olhares Eco Protetores

Sumário

Ficha Técnica	3
Resumo	5
Introdução	6
Oficinas de Parentalidade - Metodologia e resultados	8
Oficinas - Resultado	12
Causas e consequências das violências	15
Sugestões de soluções para o enfrentamento da violência contra crianças de 0 a 11 anos	18
Pesquisa Conhecimentos e Relatos de Práticas sobre violência doméstica contra crianças de 0 a 11 anos – Resultados	19
Considerações	23
Considerações finais	24
Encaminhamentos	26

Ficha Técnica

Instituto da Infância – IFAN

Luzia Torres Gerosa Laffite – Superintendente Executiva

Colaboração da Equipe do IFAN

Maria Elda Rocha – Coordenadora Adm. Financeira,

Fellipe Dias – Coordenador Operacional de Tecnologia e Informação

Rebecca Cristina Ellery Gomes – Estaticista.

Elaboração do Documento

Gilvani Grangeiro – Redação

Luzia Laffite, Lorena Silveira e Elayne Costa - Revisão

Realização das Oficinas de Parentalidade

Luzia Torres Gerosa Laffite – Pesquisadora I

Larthenia Lima- Pesquisadora II

Lorena Silveira – Facilitadora

Gerente do Projeto Primeira Infância é Prioridade

Elayne Cristina Costa.

Junho 2020

IFAN – Av. Santos Dumont, 1789, salas 607 – Edifício Potenza – Aldeota. CEP.: 60.150-160. Fortaleza – Ceará –
Brasil - Fone: +55 (85) 3268-3979 - E-mail: ifanadm@ifan.com.br - www.ifan.com.br

www.facebook.com/Instituto-da-Infancia

<https://www.instagram.com/ifan.institutodainfancia/>

<https://twitter.com/IFANinstituto>

2020 - Instituto da Infância - IFAN Todos os direitos autorais reservados

Av. Santos Dumont, N° 1789, 6° andar – SL 607 - Edifício Potenza - Aldeota
CEP.: 60150-160. Fortaleza - CE - Brasil Fone/WhatsApp: +55 (85) 3268-3979

E-mail: ifanadm@ifan.com.br | Site: www.ifan.com.br

PAPER PRODUZIDO E ELABORADO
PARA O PROJETO PRIMEIRA INFÂNCIA
É PRIORIDADE
NA TEMÁTICA

“PROTEÇÃO CONTRA A
VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA”.

Resumo

Este artigo tem como objetivo refletir sobre os resultados das Oficinas de Parentalidade do Projeto Primeira Infância é Prioridade - Ação Olhares Eco Protetores e da Pesquisa - Conhecimentos e Relatos de Prática de Violência doméstica contra crianças de 0 a 11 anos – primeiro ciclo do Projeto¹. As atividades foram desenvolvidas em quatro bairros da Cidade de Fortaleza (Regional II): Cais do Porto, Mucuripe, Praia do Futuro II e Vicente Pinzon, comunidades da área de abrangência da Petrobras – LUBNOR. Além da temática da parentalidade, a ação Olhares Eco Protetores² incorpora a temática criança – cidade e natureza, fechando assim os três ciclos de Oficinas: Parentalidade - violência doméstica, oficinas de vídeo e oficinas de fotografia. Estas duas últimas serão realizadas com grupos de adultos e crianças dentro da ocorrência da temática criança - cidade e natureza.

Sobre a Pesquisa de Conhecimentos e Práticas de Violência Doméstica, foram realizadas 93 entrevistas com mães, pais, avós, avôs, bisavó, bisavô de crianças de 0 a 11 anos moradores das comunidades participes do projeto. O recorte de cor/etnia, 76% se reconhece parda, 96% é natural do estado do Ceará, 4% apresentava alguma deficiência. Em relação à escolaridade, 9% referiram não ter estudado e 25% concluiu o ensino médio. Entre os entrevistados 86% são do sexo feminino com idade entre 30 e mais de 63 anos - 24,7% até 30 anos, 37,6% entre 31 a 45 anos, 10,8% entre 46 e 62 anos e 26,9% com mais de 63 anos.

Agradecemos a colaboração de todos da equipe do Projeto Primeira Infância é Prioridade – Ação Olhares Eco Protetores que trabalhou para execução destas atividades e a Gilvani Grangeiro pela sintetização dos dados e redação deste material.

Sabemos que esta análise e reflexão nos embasará para ações propositivas na prevenção as violências domesticas neste território e outros de ações semelhante

¹Projeto Primeira Infância é Prioridade. Realização: ANDI – Comunicação e Direitos. Parceiros realizadores: Instituto da Infância – IFAN e Rede Nacional Primeira Infância – RNPI. Patrocínio: Petrobras.

² Referência do Projeto Primeira Infância é Prioridade -

Av. Santos Dumont, N° 1789, 6° andar – SL 607 - Edifício Potenza - Aldeota

CEP.: 60150-160. Fortaleza - CE - Brasil Fone/WhatsApp: +55 (85) 3268-3979

Introdução

A violência em suas mais diversas formas de expressão é uma realidade presente em todas as sociedades, independentemente da cultura, etnia, costumes, níveis socioeconômicos, ou tipos de relações³.

E a família enquanto núcleo primeiro de socialização dos indivíduos, responsável pela transmissão de valores, costumes e afeto que irão contornar a personalidade e bagagem emocional, ou por ser espaço de disputas que estimulam dúbios sentimentos de amor/ódio, aliança/competição, proteção/domínio” entre seus membros⁴, é muitas vezes o gerador da própria violência contra crianças e adolescentes.

A respeito disso, o Relatório da OMS/2014⁵ atenta que todas as suas formas podem ser evitadas e nesta versão apresenta algumas estratégias de prevenção que podem diminuir as chances de pessoas cometerem atos de violências ou se tornarem vítimas. Dentre as estratégias estão: a promoção de relações saudáveis; o desestímulo ao consumo nocivo de álcool; a redução do acesso a armas de fogo; a promoção da igualdade de gênero e a mudança de normas culturais promotora de violências.

E assim com *olhares eco protetores* foi nomeado o tema da violência doméstica com criança na primeira infância, como eixo fundante das Oficinas do Projeto Primeira Infância é Prioridade, para dimensionar o conhecimento, atitudes e práticas dos participantes, cuidadores diretos ou indiretos das crianças, de forma associada à compreensão do exercício da parentalidade.

³ Reichenheim ME, Hasselmann MH, Moraes CL. Consequências da violência familiar na saúde da criança e do adolescente: contribuições para a elaboração de propostas de ação. *Ciência & Saúde Coletiva*, 1999, 4(1):109-121.

⁴ Brasil. Ministério da Saúde Secretaria de Políticas de Saúde. *Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço*. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.p.13

⁵ Organização Mundial da Saúde. *Informe sobre la situación mundial de la prevención de la violencia*. 2014, p.2-9

Sabe-se que a fragilidade e dependência peculiar da primeira infância requisitam cuidados dedicados e responsivos para garantir o desenvolvimento pleno nas dimensões física, psicológica, socioafetiva e cognitiva. A exposição da criança a situações contínuas de violências afeta seu desenvolvimento e impacta de forma negativa nas fases subseqüente do ciclo de vida, principalmente nos primeiros seis anos de sua vida.

De acordo com o Relatório de 2019⁶ da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos/Disk 100, foram registradas 159.063 denúncias. Deste quantitativo, 86.837 prevalecem a violações de direitos humanos de Crianças e Adolescentes, o que corresponde a 55% dos registros. Os dados constataam que a criança de zero a 11 anos corresponde a 43% dentre o total de vítimas.

No que concerne à natureza da violência, a negligência contra de crianças e adolescentes ocupa o primeiro lugar de denúncia contribuindo com 38%, e a violência sexual seguida é a quarta mais incidente violação com 11% de participação.

O levantamento destacou a relação entre vítima e suspeito, e nos casos da negligência, 56% das denúncias registraram a mãe como suspeita principal. Para a violência sexual, pais e padrastos tomaram essa posição em 40% dos suspeitos nos registros. Sendo a casa da vítima, com 52% de registro, o principal local de ocorrência.

Ambas, negligência e violência sexual, tem local e violador conhecido e próximo a criança. Sabe-se que por ser o espaço de convivência constante, o núcleo familiar atrai comportamentos discordantes e submete a vítima a repetição do ciclo de violência de forma constante e longa no tempo. E pela própria condição de desenvolvimento infantil que possui entre outras, características de dependências para seus cuidados e proteção, esta criança está mais exposto a essas situações de agressão.

Estes números sinalizam que apesar dos esforços, há anos, computados no mundo e no Brasil, por diversos seguimentos públicos e privados, para promover e garantir o direito de crianças e adolescentes a um desenvolvimento saudável e livre de violências, o que testemunhamos é um caminho ainda longo, em que o esforço conjunto - família, sociedade e setor público, podem atribuir as nossas crianças e adolescentes um ambiente saudável,

⁶ Disk Direitos Humanos – Relatório 2019.

promotor do desenvolvimento humano integral e pleno, efetivando o “cuidar da criança é dever de todos”.

Os dados do Relatório da OMS/2014–Disk 100 aqui apresentado mostram a tendência de crescimento da violência de uma forma geral, inclusive a violência doméstica contra crianças e adolescentes. Cenário esse que justificou a proposta do Projeto aqui descrita.

Implementado pelo Instituto da Infância - IFAN o Projeto Primeira Infância é Prioridade - Ação Olhares Eco Protetores, traz como objetivo - incidir sobre os processos de formulação e implementação das políticas públicas voltadas à primeira infância, como padrão estratégico a mobilização social - a construção de conhecimento e de estratégias de comunicação, e como pauta essencial a garantia de prioridade da agenda em âmbito local e nacional.

O trabalho de campo foi realizado em Fortaleza nos bairros: Cais do Porto, Mucuripe, Praia do Futuro II e Vicente Pinzon, comunidades da área de abrangência da Petrobras que receberão os três ciclos de atividades previstos pelo projeto: Parentalidade - violência doméstica, oficinas de vídeo e oficinas de fotografia. Estas duas últimas serão realizadas com grupos de crianças e de adultos dentro da ocorrência da temática criança - cidade e natureza.

A produção deste conteúdo foi subsidiada pela análise dos relatórios resultantes das da Pesquisa Conhecimentos e Relatos de Prática de Violência Doméstica contra crianças de 0 a 11 anos e das oficinas de parentalidade realizadas com as comunidades dos referido bairros, além dos materiais produzidos antes e depois das atividades terem acontecido.

Oficinas de Parentalidade - Metodologia e resultados

Para a realização das oficinas, a metodologia utilizou-se da abordagem em grupo que reconhece o sujeito da aprendizagem ativo na construção de um saber que vem da sua própria experiência, e, traz para as discussões situações reais vivenciadas no dia a dia, favorecendo assim, a identificação dos problemas suas causas e soluções. Esta etapa contemplou ainda a aplicação de um questionários com vistas, na obtenção de conhecimentos complementar mais individualizado sobre os temas.

Antecederam as oficinas reuniões com a equipe técnica do projeto para o planejamento das atividades, desenho da estrutura do questionário e alinhamento do conhecimento sobre temas parentalidade - a proteção contra a violência doméstica e o direito da criança à cidade e ao meio - ambiente, previstos na matriz de conteúdo.

Desse momento constaram discussões reflexivas conceituais sobre os seguintes temas:

PARENTALIDADE: “Conjunto de atividades propositadas no sentido de assegurar a sobrevivência e o desenvolvimento da criança⁷, num ambiente seguro⁸, de modo a socializar a criança e atingir o objetivo de torná-la progressivamente mais autônoma.”

Existem múltiplos determinantes do comportamento dos pais, entre os quais circunstâncias individuais, históricas e sociais que se encontram combinadas e que parecem influenciar o funcionamento parental. Os maus-tratos são uma marca da fraca qualidade dos cuidados, sendo considerados o ponto extremo negativo do cuidado parental. Isto é o cuidar inconsistente (no qual os maus-tratos se inserem) e a parentalidade sensível representam os pontos opostos do continuum do processo de parentalidade.⁵”

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: “São atos e /ou omissões praticados por pais, parentes ou responsável em relação à criança e/ou adolescente que sendo capaz de causar à vítima dor ou dano de natureza física, sexual e/ou psicológica implica, de um lado, uma transgressão do poder/ dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância.”⁶

CUIDAR: “Cuidar é um ato de preservação, aprendido através das experiências emocionais - afetivas e de conhecimentos, conforme as pautas culturais locais. Este ato se traduz em atitudes, comportamentos de atenção, zelo, respeito aos limites, cautela, frente a si próprio e ao outro. O cuidar dá-se em três vertentes: consigo próprio - o autocuidado; cuidado para com o outro - o cuidar de; e cuidado do outro para outro - o ser cuidado. As três vertentes sempre

⁷ Hoghughi, 204, p.5; ²Reader, Ducan & Luckey, 2005; ³ Maccoby, 2000; ⁴ Sherifali & Clifka, 2005, encontrado na publicação **Fundamentos da Família como Promotora do Desenvolvimento Infantil, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2015.**

⁸ Azevedo, Maria Amélia. Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes. Um Cenário em (des) construção. In: UNICEF (Org.) Direitos Negados. A Violência contra a Criança e ao Adolescente no Brasil. Brasília: UNICEF, 2005. Encontrado no **Guia Proteção e Prevenção às Violências na Primeira infância, Rede Nacional da Primeira Infância, 2014.**

precedem uma relação vincular, de apego e afeto. Não se cuida se não há vínculo, afeto, estima a si próprio e ao outro.

O ato de cuidar pode ser compreendido em três aspectos: i) o autocuidado – que quer dizer cuidar de si próprio; ii) o cuidar do outro; e iii) o ser cuidado por outro.”⁹

CUIDADORES: “Entende-se como cuidadores, aqueles que estabelecem algum tipo de vínculo – relação com a criança, de forma contínua e consistente, provedores de proteção e cuidados ao seu crescimento e desenvolvimento: pais, familiares, educadores, profissionais da saúde e outras áreas a fins de cuidados a infância, e voluntários.”⁷

Cada oficina, com duração de duas horas, valorizou o movimento dialógico entre teoria e prática de modo a promover reflexão e discussão de aspectos identificados nas relações parentais que devem e podem ser transformados de forma a potencializar a qualidade do cuidado.

Com a finalidade de coletar conhecimentos e práticas sobre violência doméstica contra crianças de 0 a 11 anos, com os grupos de moradores dos bairros de abrangência projeto em tela.

A meta inicial era realizar seis oficinas (uma por comunidade e duas itinerantes) para 150 pessoas, sendo 25 por oficina. Ao final foram realizadas 10 oficinas, sendo no Cais do Porto (2), Mucuripe (2), Praia do Futuro II (2) e Vicente Pinzon (4). Participaram 152 pessoas com uma média de 15 pessoas por oficina.

A conquista da comunidade para a participação se deu através da mobilização intermediada pelos serviços de assistências sociais, e ou escola dos respectivos bairros. Os convites foram feitos por meio impresso, ligação telefônica e via aplicativo, e em algumas situações presencialmente.

Cabe ressaltar que uma das dificuldades encontradas, no percurso do projeto, foi o processo de mobilização, que além de demandar muito tempo da equipe técnica, provocou um

⁹ Paper: Auto – Cuidado (Cuidar de si mesmo para cuidar do outro), Laffite, Luzia – 2014.

aumento de seis oficinas previstas para dez, além de alguns adiamentos.

Das atividades participaram mães, pais, avós, avós bisavós/bisavôs -cuidadores de crianças, professores, núcleo gestor da escola e profissionais de saúde, que protagonizaram a discussão de temas como os novos modelos de parentalidade, a proteção contra as violências.

A dinâmica das oficinas foi modulada em sete tempos: i) Acolhida dos participantes que seguiu uma dinâmica singular de apresentação com o objetivo de descontrair e trazer o sentimento de segurança ao grupo; ii) Explicação da atividade, com informes sobre o projeto (objetivo, parcerias e financiador), metodologia e o tempo de duração da atividade; iii) Contextualização da temática, para alinhar o conhecimento que discorreu sobre a importância da primeira infância e as principais características desta fase do desenvolvimento infantil. Na sequência, pautou-se a temática da violência doméstica contra a criança, buscando equalizar a percepção do grupo sobre o assunto a partir da pergunta disparadora “O que vocês entendem sobre violências contra criança?”; iv) Árvore de problemas, essa dinâmica foi em grupo (dois) e utilizou a técnica de diálogos reflexivos em que, a partir de cada olhar, histórias de vida e conceitos formados sobre a temática, às percepções dos grupos foram distribuídos em uma árvore (na raiz as causas e na copa as consequências. Concluindo esta etapa, nova etapa foi-lhes sugerida. v) Foi solicitado aos grupos sugestões para minimizar ou reduzir as causas e consequências das violências domésticas; vi) Compartilhamento dos Resultados, em plenária os resultados dos grupos foram socializados seguido de uma avaliação verbal sobre a oficina. vii) Entrega dos certificados, acompanhado de agradecimento pela disponibilidade em contribuir com o projeto e socialização final com lanche.

Vale ressaltar que todos os participantes assinaram a lista de frequência, o termo de autorização de imagem e preencheram a ficha de identificação exigência da Petrobras.

Entendem-se esses momentos, únicos e especiais para construção de ambiente facilitador a vida¹⁰ como alicerces para a formação dos padrões de cuidado para a saúde integral das crianças. Cuidar da criança é dever de todos, conforme proclama a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227.

¹⁰ Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança: orientações para implementação / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2018 p.30.

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

Oficinas - Resultado

Os dados das oficinas serão apresentados de forma agrupada e quando possível individualizado. Participaram das oficinas 152 pessoas, sendo 44 no Cais do Porto, 39 no Mucuripe, 22 na Praia do Futuro II, e 47 no Vicente Pinzon.

Quanto ao perfil dos participantes nas oficinas a distribuição ficou da seguinte forma:

Cais do Porto - 55 participantes (avós, avôs, bisavós e bisavôs), 85% mulheres na faixa etária de 31 a 62 anos, sendo acima de 63 anos grupo de agentes comunitários de saúde, a maioria, 70% se acha parda e cursou o Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Mucuripe - 39 participantes (avós, avôs, bisavós e bisavôs), 75% de mulheres maioria acima de 63 anos, participaram; 65% se consideram pardas a maioria estudou apenas séries do fundamental e médio.

Praia do Futuro II - 22 participantes (pais e mães, cuidadores e cuidadoras das crianças), 88% mulheres; a maioria até 45 anos, grupo de mães com crianças matriculadas na creche do bairro. Maioria se considera parda (70%), a maior parte concluiu o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Vicente Pinzon - 47 participantes (mães, pais, avós, avôs e cuidadores de crianças, agentes comunitários de saúde) 89% mulheres, a maioria tem até 62 anos, grande parte se considera parda (80%) e estudou o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Seguindo a oficina o grupo foi convidado a expressar a sua compreensão sobre temas

como parentalidade, violência doméstica nas suas naturezas física, psicológica, negligência e sexual.

Das narrativas anotações foram feitas e posteriormente agrupadas em núcleos de sentido, aqui apresentados. Estes núcleos, dizem respeito à diversidade de opiniões e narrativas dos sujeitos a partir da singularidade dos enunciados, ficando assim nominados por faixa etária 0 a 6 e 7 a 11 anos, exceto para o tema parentalidade que optou não fazer divisão por grupo etário.

A respeito da indagação - Para você o que é parentalidade? “Ser parente”, “família”, “pessoa próxima”, “cuidado”, “vizinhança”, “que não precisa ser de sangue e sim de coração ser boa mãe”, “bons vizinhos”, “cuidar”, “quem está próximo tem a ver com parentesco”, “parente”, “genitor que cuida da criança”, “vínculos”, “família, parentesco”, “laços consanguíneos e do coração”, “é árvore genealógica”, “pessoas parecidas”, “vínculo com amizade”, “amigo”, “parentalidade pode ser tudo”.

Estas foram as respostas que ecoaram entre os participantes dos dez grupos. Em dois dos grupos revelações como: “é a primeira vez que escuto esta palavra”, “nunca ouvi falar.”

No geral percebe-se raro entendimento literal sobre o termo parentalidade, no entanto, essa condição não limitou o grupo de proclamar palavras como, cuidado, vínculo, família que permeiam a construção desse moderno conceito.

Outra solicitação empenhada aos participantes foi sobre violência doméstica para assim, conhecer o entendimento do grupo sobre o tema no que concerne as suas naturezas, causas e consequências. Concluindo a oficina também foi requerido aos participantes sugestões para a prevenção da violência doméstica contra crianças.

A análise das inferências seguiu após agrupamento das respostas em núcleos de sentido e considerando os grupos etários

No entendimento do grupo de mães/cuidadores de crianças de 0 a 6 anos a **violência física** corresponde: a bater (3)¹¹, queimar, espancar (3), maus tratos, assassinato, palmadas, puxar orelha, deixar sangrando, puxar cabelo, morder, beliscar, castigos físicos.

Para o grupo de 7 a 11 anos, o que foi revelado se repete ao dito para crianças menores:

¹¹ () número entre parênteses significa o número de vezes que a palavra foi repetida.

espancar (4), arranhão, bater com objetos, bater (2).

Pelo explicitado percebe-se uma compreensão sintonizada do que é a violência na sua natureza física, sendo bater/espancar a forma mais referida.

A violência **psicológica** na percepção de quem cuida de crianças de 0 a 6 anos, foi exemplificada como: gritar (3), xingar, falar palavrões (3), ser grosseiro com a criança, ameaças (3), fazer medo à criança, castigar, cantinho do pensamento e humilhar.

Sobre o grupo de 7 a 11 anos, as palavras definidoras dessa atitude repetem-se como no grupo de crianças menores. Falar palavrão com as crianças (3), acesso à internet sem acompanhamento, estresse, gritos (3), ameaças (2), acesso à internet sem acompanhamento, estresse.

Assim, o entendimento expresso do que é violência psicológica assemelha-se nos dois grupos de mães/cuidadores dos grupos de crianças, sendo “gritos”, “falar palavrão” e “ameaças” as formas mais recorrentes de expressão dessa natureza de violência.

Sobre **negligência** em crianças de 0 a 6, na percepção do grupo se confirma: A casa sempre suja, a criança passar o dia sozinha (4) e com fome, crianças na rua (4), criança não vai à escola, criança não possui documentos, criança sem rotina médica, criança sem vacinas, trabalho infantil, não dar carinho, não alimentar a criança, levar a criança para ser pedintes na rua, ausência de limites, crianças sozinhas em casa, crianças sem ir à escola, crianças sozinhas na rua.

Para crianças de 7 a 11 **negligência** na percepção das mães/cuidadores é: Deixar as crianças na rua (2), trabalho infantil doméstico, a criança ficar no celular várias horas, pedir esmola na rua, criança assumir responsabilidade da casa, crianças sozinhas na rua, crianças presenciar cenas obscenas.

Sendo a negligência a modalidade mais recursiva de maus-tratos, há neste resultado evidências de sintonia na percepção do que a define. O que mais se repetiu relativo aos dois grupos etários, foi “deixar a criança sozinha” independentemente de ser em casa ou na rua. “Não alimentar”, “criança fora da escola e sem documento” também surgiu como atitudes negligentes.

Por fim, a violência **sexual** na percepção dos participantes segue uma proximidade de entendimento entre as comunidades quanto os grupos etários. Assim sendo, para crianças de

0 a 6 violência sexual é: Estupro (4), abuso, manipular (mexer) nas partes íntimas da criança. Para o grupo de crianças de 7 a 11 anos violência os seus responsáveis disseram que a violência sexual é: Assédio sexual, estupro (3), abuso (2).

Conforme relatado percebe-se um entendimento associativo da violência sexual ao estupro, sendo o exemplo que mais se repetiu. Assim, considerando a ampliação dos estudos sobre esta temática, inclusive sobre violência sexual, esta associação pode sinalizar o conhecimento limitado sobre o tema, reduzindo-a somente ao estupro. E que pode ser um alerta para a ocorrência de outras violências sexuais pré-estupro e que são negligenciadas como tal.

Causas e consequências das violências

A violência em qualquer uma das suas formas de expressão impacta na saúde física, e emocional dos indivíduos e as crianças pela sua condição peculiar de desenvolvimento, por não entender o que está acontecendo e demandar a proteção e atenção dos cuidadores, torna-se muito vulnerável ao comportamento violento dos adultos.

Isto posto, e concluída a discussão reflexiva sobre o conceito e as naturezas da violência doméstica, foi solicitado aos participantes a ponderar sobre suas **causas** e **consequências** e quais soluções enxergavam para proteger as crianças e interromper o ciclo da violência doméstica.

Esta consigna foi amplamente contributiva e os grupos apresentaram de forma consonante as principais **causas da violência** contra crianças de 0 a 11 anos.

A partir do mencionado é possível perceber certo consenso das causas geradoras de violências. Ao serem agregadas em núcleo de sentido, na maioria das causas citadas há um sentido de escassez expresso, ou seja, falta algo sempre. Das 119 respostas computadas a maioria (49) ressalva que são causas da violência a falta de paciência, falta de amor, falta de conhecimento, falta de diálogo, falta de vínculo, falta de afeto e falta de carinho como principais causas. Questões culturais, pobreza/falta de dinheiro, autoestima do cuidador, briga em família, agressividade dos pais, trabalho infantil doméstico e externo, descaso das necessidades básicas da criança, deixar os filhos com terceiros, brigas na família, pais com

problemas psicológicos, repetição de atos de violência, descontam raiva na criança, brigas na família, não entendem o que a criança diz, deixar as crianças a Deus dar (negligenciar), acesso ao celular e informações sem controle dos adultos, poucas condições financeiras, deixar os filhos com outras pessoas, também foram pontuados pelo grupo. O grupo referiu também ter um efeito causal a pouca efetivação de políticas públicas, ciclo da violência e fragilidade nas redes de proteção.

Referente ao grupo de crianças de **7 a 11** anos as causas seguem a mesma tendência do grupo mais novo. Dentre as causas citadas, “falta de paciência com as crianças”, “falta de conhecimento”, “falta de afeto”, “falta de cuidado”, “ignorância”, “brigas na família”, “agir por impulso”, “falta de amor”, “autoritarismo dos responsáveis”, “terceirização dos filhos”, “falta de diálogo”, “agressividade”, “abandono”, “ausência”, “sexualização da criança”, “negligência”, “falta de prioridade”, “falta de respeito”, “ignorância”, “falta de amor”, “falta de responsabilidade”, “falta de paciência”, “falta de compreensão influência de amizade”, “inversão de valores”, “sensualizar a criança”, “falta de diálogo”, “violência sexual”, “mães jovens demais”, “falta de orientação”, “falta de atenção”, “violência sexual”, “alcoolismo e drogas dentro de casa”, “repetição dos atos violentos dos pais”, “falta de recursos de condições financeiras”, “abandono”, “exploração da criança”, “revolta dos pais que descontam nas crianças”, “falta de experiência dos cuidadores”, “falta de controle com as crianças”, “falta de empatia – se colocar no lugar da criança”, “repetição de atos violentos”, “falta de diálogo”, “desinformação”, “falta de maturidade – casais jovens”, “falta de paciência”, “crianças ficar com pessoas desconhecidas”, “falta de amor/cuidado”, “vazio existencial”, “usuários de substâncias”, “pais ríspidos”, “gravidez na adolescência”, “vulnerabilidade econômica”, “briga de casais”, “abandono”, “relações conflituosas/ciúmes”, “vícios/alcoolismo’.

Apontam os estudos e confirmam as estatísticas que as crianças pequenas são mais vulneráveis as violências no ambiente familiar e quando instalada podem deixar sequelas imediatas como mais tardiamente, que impactam no crescimento e o desenvolvimento da criança ou do adolescente. Quando identificado sinais e sintomas de violências, demanda em tempo oportuno atenção em linha de cuidado para a atenção integral à saúde de criança, adolescente e suas famílias de forma articulada com a rede de cuidado e de proteção social existente⁸.

Sobre as **consequências** da violência foram contadas 107 respostas. Destas, a dimensão psicológica se manifesta com maior frequência (59 citações). “Depressão”, “isolamento”, “traumas”, “baixa autoestima”, “frustração”, “medo”, “isolamento”, “automutilação e ideia suicida estão entre os impactos da violência na saúde mental”, “assim como o consumo de drogas e gravidez precoce”. Na saúde física o surgimento de doenças e a morte foram as principais consequências mencionadas, sendo doenças e morte as mais referidas. O impacto no desenvolvimento cognitivo das crianças segundo os relatos pode causar “dificuldade de aprendizado”, “falta de “concentração e “não querer ir para escola” estão entre as principais consequências citadas pelo grupo.

Dentre outras consequências listadas estão: “crescer sem referência de amor e carinho”, “abandono de casa”, “quando crescem reproduzem a violência, reprodução do comportamento dos pais”, “frustração”, “traumas”, “depressão e ansiedade”, “gravidez precoce”, “violência reproduzida”, “reprodução do comportamento dos pais”, “se tornar um adulto sem responsabilidades”, “fugir de casa”, “abandonar a casa”.

Também percebe-se sintonia no que causa a violências em crianças maiores (7 a 11) “criança abalada”, “depressão”, “revolta”, “maus tratos”, “isolamento”, “criança nervosa”, “problemas na escola”, “medo/ criança acuada”, “futuro incerto”, “traumas”, “agressividade como defesa”, “doenças”, “criança com depressão”, “trabalho infantil”, “afeta o aprendizado na escola”, “isolamento”, “criança traumatizada”, “desânimo”, “morte”, “revolta”, “agressividade”, “automutilação”, “falta de cuidado”, “baixa autoestima”, “ideação suicida”, “déficit cognitivo”, “falta de projeção de futuro”, “depressão”, “distúrbios alimentares”, “criança foge de casa”, “tristeza”, “culpa”, “criança acuada/isolada”, “transtornos emocionais”, “medo, criança agressiva”, “não esquecer o que aconteceu (trauma)”, “acha correto praticar violência”, “dor física”, “criança insegura”, “com medo”, “criança estressada”, “criança isolada”, “tristeza/depressão”, “dificuldades na escola”, “desvalorização da vida”, “automutilação”, “baixo rendimento escolar”, “vergonha”, “fobias”, “repetição do ciclo da violência”, “baixa autoestima”.

Sugestões de soluções para o enfrentamento da violência contra crianças de 0 a 11 anos

A prevenção da violência é o melhor caminho e se faz em três níveis de atenção: primário, secundário e terciário. **Prevenção Primária** realiza intervenções antes que a violência ocorra, atuando na eliminação ou redução de fatores sociais, culturais e ambientais que possam favorecer a ocorrência da violência, inclusive a doméstica. Contempla a sensibilização dos profissionais no sentido da atuação preventiva junto às pessoas e comunidade. **Prevenção Secundária** – são ações mais imediatas, consta da identificação dos casos, seu diagnóstico e intervenção precoces e abrange os aspectos sociais, físicos e mentais e atuação em redes de atenção. **Prevenção Terciária** – consta das intervenções e cuidados após a violência acontecer; consiste da reabilitação e reintegração para minimizar o trauma das deficiências associadas à violência¹².

Nesse campo, foi solicitado ao grupo a indicação de possíveis soluções para o enfrentamento da violência nas suas comunidades. Das presumíveis soluções apresentadas a maioria refere soluções atitudinais, dentre as quais melhorar o diálogo do adulto com a criança, melhorar o diálogo do adulto com outro adulto, melhorar a autoestima dos cuidadores, melhorar o diálogo com a criança, melhorar os cuidados do dia a dia, melhorar os cuidados cotidianos da criança, melhorar a convivência e o diálogo. Consta aqui uma responsabilidade atribuída ao adulto, sinalizando que a solução inclui a participação de quem promove. Outros pontos tocados que mostra potência na prevenção da violência e são centrados, de acordo com o grupo no tempo de qualidade com a criança, maior acompanhamento na vida escolar das crianças, maior acompanhamento na vida virtual dos filhos, família ampliada, ter mais de um cuidador, conhecer a rede de apoio e atenção a criança, trabalho de acompanhamento aos cuidadores, ter momentos de lazer com os filhos, inserir a criança em uma religião/ensinar valores, acompanhamento psicológico para o cuidador. Cabe destaque para a indicação de uma formação para as gestantes sobre os cuidados com a criança e prevenção à violência, mais atenção e cuidado, mais paciência, maior envolvimento da rede

¹² Organização Mundial de Saúde (OMS). Relatório mundial sobre a violência e saúde, s.l. 2002

de atendimento, como uma das soluções.

Quanto mais rapidamente os núcleos familiares conflituosos forem assistidos, maior a chance de diminuir tensões e fortalecer vínculos afetivos e de cuidados entre os seus membros. Nesses casos, é importante ajudar as famílias a superar as adversidades, ressignificar as relações familiares e estimulá-las a refletir e a construir novos modos de relacionar-se, estabelecendo novos modos de educar e agir com as crianças e adolescentes. Outras ações de prevenção na comunidade demandam a participação diversificada de atores da rede de “atenção, cuidado, defesa e garantia de direitos”, além dos meios de comunicação de massa¹³.

Pesquisa Conhecimentos e Relatos de Práticas sobre violência doméstica contra crianças de 0 a 11 anos – Resultados

Associar o desenvolvimento das atividades com os resultados alcançados foi compromisso assumido pela equipe gestora e técnica do projeto desde a sua concepção, cuja finalidade precípua é tornar o projeto uma agenda essencial nas esferas local e nacional.

Assim sendo, foi realizada uma pesquisa¹⁴ e o contributo foi aplicar um questionário para traçar o perfil da população público do projeto e avaliar conhecimentos, relatos e práticas do grupo sobre violência doméstica contra Crianças de 0 a 11 anos; e ampliar conhecimentos sobre o tema, estimular habilidades e refletir sobre possíveis elementos para melhor qualificar as relações intrafamiliares.

A pesquisa aconteceu nos bairros (Cais do Porto, Mucuripe, Praia do Futuro e Vicente Pinzon) que circundam a Refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste (Lubnor), em Fortaleza/CE.

Para as entrevistas utilizou-se um questionário individual aplicado com as

¹³ Romaro RA, Capitão CG. Niños y jóvenes del siglo XXI: a violência doméstica contra crianças e adolescentes. *Psicologia para América Latina* 2007; (09): 3-11.

¹⁴ Atividade Complementar aos Produtos Estimados do Projeto.

mães/cuidadores participantes do projeto. O instrumento constou de 33 perguntas, a) Conhecimento sobre Violência Doméstica contra crianças de 0 a 11 anos, com 20 afirmações com possibilidades de: CONCORDO, DISCORDO, NÃO SEI RESPONDER ou NÃO SE APLICA; b) questões com opção de respostas SIM, NÃO, NÃO SEI RESPONDER ou NÃO SE APLICA.

Foram aplicados 93 questionários, que correspondem à amostra probabilística de 62%, seguindo a métrica de uma população de 150 pessoas (baseado no público previsto nas oficinas de parentalidade), com erro amostral de 5%, nível de confiança 90%, distribuição da população mais homogênea (80/20).

A aplicação dos questionários pela equipe do Projeto (Pesquisadoras, Facilitadora e Gerente) aconteceu no período de 11/11/2019 de novembro de 2019 a 18/02/2020.

As atividades (pesquisa e oficinas) aconteceram em espaços públicos ou do terceiro setor dentre os quais Centro de referência da Assistência Social/CRAS, Centro Integral à Criança e ao Adolescente/CAIC, Núcleo de Ação Pela Paz - Associação Amigos em Missão e Associação Habitacional Morro da Vitória.

Resultados: No total, foram realizadas 93 entrevistas com mães, pais, avós, avôs, bisavó, bisavô moradores das comunidades participes do projeto.

O recorte de cor/etnia, a maioria 76% se reconhece parda, 96% é natural do estado do Ceará, nascidos em Fortaleza e 4% apresentava alguma deficiência. Dos entrevistados, a minoria pertence a povos indígenas, comunidades tradicionais e pescadores.

Em relação à escolaridade, 9% referiram não ter estudado 25% concluiu o ensino médio, 8% cursou entre o primeiro e o segundo ano do ensino médio.

Os dados apontam que entre os entrevistados 86% são do sexo feminino e comportam a idade entre 30 e mais de 63 anos, estando assim distribuídos: 24,7% com idade até 30 anos, 37,6% entre 31 a 45 anos, 10,8% entre 46 e 62 anos e 26,9% com mais de 63 anos.

Nesses dados chama atenção que o cuidado com as crianças está sob a responsabilidade em 75,3%, de pessoas com idade entre 31 e 63 anos. Sendo que, 37,6% de quem cuidam tem mais de 46 anos.

Considerando a idade das crianças cuidadas, 13% têm crianças de 0 a 2 anos, 51% de crianças de 3 a 6 anos e 36% com crianças de 7 a 11 anos. Vale ressaltar que há entrevistados que cuidam de mais de uma criança e de diversas faixas etárias.

No que diz respeito ao conhecimento de violência doméstica contra criança de 0 a 6 anos entre os entrevistados, as respostas às afirmativas para captar a concordância ou não dos entrevistados, apontam que 70% concordam que para educar uma criança não é necessário fazer uso de força física, batendo nela; 84% reconhecem que o impacto causado pela violência não desaparece com o tempo e pode causar danos presentes e futuros para a criança; 86% reconhecem a definição de violência doméstica contra a criança. Nesse quesito há uma dissonância, e mesmo com um percentual elevado reconhecendo o conceito de violência doméstica e entendendo que a força física não é necessária, 47% concordam que é necessário castigar fisicamente as crianças para que estas sejam mais obedientes e disciplinadas bem como, consideram o castigo físico como ato disciplinador. A maioria de 74% reconhece que violência física é desde uma tapa, até o espancamento que pode causar a morte.

Mesmo a maioria ponderando que a violência física não educa, 69% dos respondentes consideram que às vezes a mãe, que fica mais tempo com a criança, precisa utilizar-se da força física e bater na criança para que ela seja educada e obediente. Estes posicionamentos contraditórios, além de trazer à tona maior a responsabilidade da educação para um dos lados parentais, reverbera a violência como educadora/disciplinadora, sinaliza a distância entre conhecimento, atitudes e práticas.

Entre os participantes 66% confirmam ser diálogo a melhor forma de educar as crianças, consideração que também destoa com perguntas relacionadas ao uso da força física como forma de educar. Porém, para 63,4% dos entrevistados há afirmativas que o pai e a mãe algumas vezes batem nos filhos e filhas, ou às vezes os deixam sozinhos por falta de informação.

Direcionada a violência psicológica, entre os entrevistados 68% consideram que ameaças e xingamentos fazem parte da educação e da disciplina das crianças, para que elas obedeçam aos pais e a família.

As perguntas direcionadas a violência doméstica captaram entre os entrevistados que 85% conhecem o conceito de violência sexual e 99% concordam que a violência sexual pode acontecer na própria casa da criança. Dado este, que se confirma no Relatório/2019 do Disque 100 que aponta mais de 70% dos casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes são praticados por pais, mães, padrastos ou outros parentes das vítimas.

Ainda sobre a violência sexual 82% dos entrevistados acreditam que ela pode acontecer quando pessoas adultas estão sob o efeito de álcool ou outras drogas, 91% concordam que violência sexual é também a exposição a situações de visualização de cenas ou elas mesmas ficarem nuas e, portanto, além, da realização forçada de práticas sexuais. A afirmativa de que adultos podem tocar as partes íntimas das crianças foi discordante por 92% dos entrevistados. Portanto, 80% entendem que manipular (mexer) sexualmente no corpo da criança é um ato de violência sexual. Sobre o agente violador, 87% responderam que a violência sexual acontece mais com as meninas e é comum que o agressor esteja dentro da casa ou próximo à família. Resposta que reafirmação violência de gênero, acontecendo dentro de casa.

Sobre alterações comportamentais de crianças, para 94% dos entrevistados consideram que se a criança apresentar algum sinal de isolamento ou quiser ficar sozinha pode ser um indicativo de que ela está passando por alguma situação violenta.

No quesito denúncia 84% dos entrevistados discordaram quando questionados se manteriam silêncio ao saber de uma situação de violência contra criança. As respostas indicam que para a maioria, não se deve esperar a situação passar e sim ter alguma atitude em prol da resolução do caso e do bem-estar da criança.

A última pergunta deste bloco abordou sobre o contato das crianças com músicas e programas de televisão com conteúdo sexual. O grupo de entrevistados em sua maioria 75% concorda que faz mal a criança ter contato com estes programas, enquanto que 24% não considera essa exposição nociva.

No relato de prática sobre violência doméstica o questionário apontou 13 perguntas com respostas de sim ou não. Dos respondentes 97% disseram não deixar as crianças, sozinhas por muito tempo. Sobre alterar a voz, 74% revelaram que quando perdem a paciência às vezes eles ou alguém da família gritam com as crianças. Já sobre as ameaças, 56% dos entrevistados dizem que eles ou alguém da família não fazem ameaças ou xingam as crianças para que elas possam ser obedientes;

Relativo à exposição às mídias, 51% afirmaram que as crianças que vivem sob os seus cuidados podem assistir TV ou ficar no celular sozinho, mas 77,4% dizem não deixar as

crianças brincar sozinhas nas redes sociais e 61% afirmaram que as crianças sob os seus cuidados tem acesso a músicas que falam de situações sexuais.

Outro tipo de comportamento para 87% dos entrevistados ressaltado é que as crianças não podem tomar banho com adultos.

No cenário da prática as repostas se diferenciam com as perguntas que retrata as intenções. Sobre violência física e psicológica, 61,3% dos entrevistados afirmam não bater nas crianças, mas 76% afirmam que gritam com elas.

Dos entrevistados 95% afirmam não deixarem as crianças sozinhas em casa 60% afirmam não castigar fisicamente as crianças, dado que pode ser confrontado na mesma pergunta sobre Conhecimento sobre Violência Doméstica contra Criança de 0 a 11 anos. Nesse quesito, 52%, concordaram que é necessário castigar fisicamente as crianças para que estas sejam mais obedientes e disciplinadas; contrapondo com 80% que afirmam não dar tapas nas crianças por não serem obedientes, mas 59% dos afirmaram que alguém da família bate nas crianças.

Considerações

Como os resultados foram apresentados de forma global, sem especificar bairros. Aqui nas considerações, optou-se por trazer alguns comentários advindos da análise dos dados de forma individualizados por bairros.

De modo geral, todo território pesquisado apresentou elementos de cuidados em relação às crianças de 0 a 11 anos, bem como fragilidades em relação às práticas de violência, em suas diferentes formas.

No bairro do Cais do Porto, a média das respostas denota conhecimento da teoria e práticas de violência contra as crianças. Um ponto que ficou evidente entre os entrevistados e que pode ser resgatado é o conhecimento sobre a tipificação da violência, e a ideia de uso do castigo como forma de educação.

De todos os bairros, o Mucuripe foi o território que apresentou maior fragilidade quanto ao entendimento sobre a violência e também e o maior número entrevistados com mais de 63 anos de idade com pouca ou nenhuma, escolaridade somada ao recorte cultural

que permeia o modelo de educação e disciplina de algumas décadas atrás. Os pontos tratados remetem a retomada da discussão com a comunidade sobre a temática violência doméstica e o impacto para o desenvolvimento da criança.

Na Praia do Futuro II, a partir da pesquisa, o ponto a ser focado posteriormente é o aprofundamento conceitual sobre os tipos de violência e, principalmente a ideia de uso do castigo como forma de educação.

No Vicente Pinzon percebeu-se através da pesquisa, que há em sua maioria um distanciamento do que os cuidadores conhecem de violência e o que praticam em relação à violência. A análise dos dados trouxe à tona o desafio da mudança de paradigma e de comportamento para inserção das práticas positivas de educação e relação não violenta com as crianças - bater na criança como forma de educação indica a necessidade de promover o diálogo como alternativa de prática.

Considerações finais

O caminho trilhado consonante com o objetivo de incidir sobre os processos de formulação e implementação das políticas públicas voltadas à primeira infância, por meio por meio da mobilização social, da construção de conhecimento e de estratégias de comunicação, foi alcançado e deixou um legado que pode, ao nosso ver, contribuir para que a agenda alcance prioridade em âmbito local e nacional.

O Projeto realizou dez oficinas, e para cada uma delas as características de mobilização apresentou peculiaridades quanto às estratégias utilizadas para o convite dos participantes, mas sempre contou com a participação da comunidade. Em alguns bairros as contribuições vieram das associações de moradores, Centro de Referência da Assistência Social, Gestores de Escolas, Líderes Comunitários, Profissionais da área da Saúde, entre outros articuladores.

Foi relevante o apoio prestado no processo de mobilização, pela equipe técnica do projeto do IFAN.

O projeto acumulou experiências importantes, mas também testemunhou algumas dificuldades e limitações.

Como resultados o projeto criou espaços de diálogos sobre a importância dos primeiros anos de vida, parentalidade e violência doméstica nas comunidades envolvidas, produziu

material específico e favoreceu espaços de qualificação profissional, além de trabalhar o tema de prevenção a violência doméstica contra crianças em espaços de vulnerabilidade social, trazendo à tona a importância do diálogo e da tratativa do conteúdo, afim de diminuir a incidências de casos nas comunidades atendidas pelo Projeto.

Outros aspectos que merecem destaque estão relacionados com envolvimento da comunidade desde o início do processo e o protagonismo assumido pelas mães/cuidadores nas discussões sobre a temática da violência, percorrendo não só a identificação de suas causas e consequências, mas principalmente a construção de possíveis soluções para interromper o ciclo da violência doméstica.

Mais um legado deixado e que, ao nosso olhar, pode vir a ter continuidade, consta do envolvimento da comunidade nas discussões de temas importantes para interromper o ciclo da violência doméstica constituindo um modelo favorável de cuidado com a primeira infância para o seu desenvolvimento pleno nas comunidades: – Daquilo que participo, eu me envolvo.

Essa experiência projeta a necessidade prosseguimentos para prevenção abordando prioritariamente os níveis Primário e Secundário.

Pontos fortes:

- **A realização da Pesquisa - Conhecimentos e relatos de prática de violência doméstica contra crianças de 0 a 11 anos, que complementou o processo;**
- **A disponibilidade das pessoas participantes, onde as mesmas também utilizavam daquele espaço para exporem suas “dores”, por vezes suas próprias histórias de vida na infância;**
- **Oportunidade de discutir o tema com a comunidade;**
- **A metodologia adotada reconhecida pela fluidez e simplicidade da sua linguagem no repasse de informações, porquanto agregou conteúdos, ofereceu argumentos e fomentou a discussão sobre os temas parentalidade e violência doméstica;**
- **A oferta de espaços lúdicos para acolher as crianças, que por não ter com quem ficar em casa acompanhavam as mães e ou cuidadores as oficinas.**

Fragilidades

- **A mobilização, não por falta de diversidade estratégica, mas pelo retorno ao convite que nem sempre correspondeu aos esforços envidados.**

Encaminhamentos

O caminho até aqui percorrido nos permitiu perceber a importância da nossa colheita, mas como todo projeto social que coloca os participantes como protagonistas, seguir com as atividades a partir dos resultados é a resposta mais assertiva para a comunidade. Assim sendo fica sugerido:

- Retornar às comunidades para apresentar os resultados até aqui obtidos e complementar com os vídeos que serão produzidos nesta temática e com os próprios insumos das Oficinas realizadas;
- A realização de uma pesquisa de comunicação para mudança de comportamento sobre a temática da violência doméstica;
- O envolvimento maior da Sociedade Civil e esferas públicas para uma ação ampla no campo da prevenção às violências domésticas.